

Dívida externa: uma herança que vem da Colônia

GEORGE VIDOR

Ainda muitas gerações de brasileiros terão de conviver com a dívida externa. O que não é uma novidade: todos os nossos antepassados viveram o mesmo problema. D. João VI, o Príncipe Regente, que fugiu de Portugal com receio das tropas de Napoleão e da Espanha (a Monarquia portuguesa se aliou aos ingleses, enquanto os espanhóis preferiram ficar ao lado dos franceses), passou a maior parte do tempo em que esteve no Brasil acumulando baús com o ouro pago como imposto à Coroa. Quando a guerra napoleônica acabou na Europa, D. João VI voltou com toda a corte e não se esqueceu de levar esses baús.

Assim, quando o Brasil se tornou independente por obra e graça do filho de D. João, o Príncipe e futuro Imperador D. Pedro I, já nasceu endividado. Portugal somente reconheceu a independência brasileira depois que D. Pedro I aceitou arcar com os custos e a amortização de um empréstimo contraído pela Coroa portuguesa junto aos ingleses, justamente para financiar as tropas do General Madeira, português, que até 1823 resistiram, na Bahia.

Os brasileiros lutavam sob o comando do Almirante inglês Cochrane, e os banqueiros faturavam os juros do outro lado, com os portugueses.

O Brasil produzia algodão, mas era da Europa que vinham os tecidos e as roupas que vestiam as senhoritas e as senhoras da corte e das províncias do Império. Na verdade, esse processo só começou mesmo a terminar na década de 60, no século XX, quando o Brasil finalmente percebeu que tinha vantagens comparativas em diversos produtos e não poderia continuar gastando suas preciosas divisas em coisas que o País tinha condições de fabricar: o aço, por exemplo.

Mas a travessia de toda essa trajetória foi muito dolorosa. Durante a Monarquia, o Brasil contratou 18 empréstimos, a maioria junto a banqueiros ingleses e franceses. Um deles, de 1829, ficou conhecido como o "ruinoso", porque o País recebeu pouco mais da metade dos recursos solicitados e ainda teve de dar como garantia toda a renda da alfândega do Rio de Janeiro, por onde era recolhida a maior parte da receita do governo imperial, já que toda a incipiente economia da época estava voltada para a importação e a exportação.

Ruy Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda depois da proclamação da República, assumiu afirmando que o "Império era o déficit" e que seu lema seria "fugir dos empréstimos externos". O Visconde de Ouro Preto, Primeiro-Ministro do Governo Imperial deposto, justificou a dívida com o esforço de guerra que o Brasil precisou fazer contra o Paraguai, e mais as campanhas contra o Ditador argentino Rosas. O esforço militar teria consumido 67% desta dívida. Os restantes 33% foram aplicados na construção da rodovia Rio-Juiz de Fora, no combate às endemias, nas obras de saneamento e ainda na ajuda aos flagelados da seca do Nordeste, que entre 1877 e 1879 matou 200 mil pessoas, o dobro das baixas da guerra do Paraguai.

No final do século XIX, assumiu Campos Sales a Presidência, com uma proposta de moralização das



O Marechal Hermes depositou mal

contas públicas. Sales, através de seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, renegociou a dívida externa, consolidando todos os empréstimos existentes em um só, o **funding loan**. Reduziu as despesas e criou novos impostos, como o dos correios. Deixou o Governo sendo chamado pela oposição de Campos Sales, ao invés de Sales.

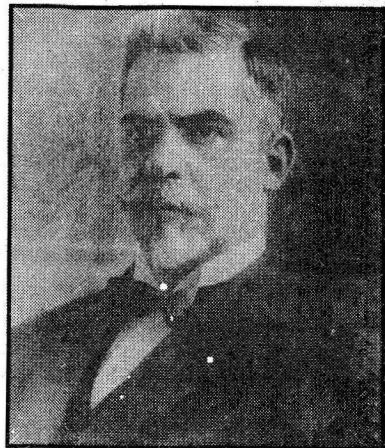
Com a casa limpa, Rodrigues Alves sucedeu a Sales e fez um excelente Governo, empreendedor e correto na administração do dinheiro público. Ampliou o porto do Rio e construiu o de Recife. Fez obras de saneamento (o célebre combate à febre amarela), instalou o embrião da indústria de construção naval e ainda saiu deixando para seu sucessor um bom saldo de caixa.

A alegria não durou muito. Já com Afonso Pena, o País voltava a fazer empréstimos externos e os críticos acusavam o Presidente de "inflacionismo", devido à alta dos preços. Pena não concluiu seu mandato. Em seu lugar, assumiu o Vice, Nilo Peçanha. O Marechal Hermes da Fonseca, que veio a seguir, além de ser nome de subúrbio no Rio, deixou também uma herança amarga durante a sua gestão presidencial. Fez um empréstimo de 2,5 milhões de libras e colocou a maior parte dos recursos em um banco em Paris, inteiramente desconhecido e que se chamava "The Russian Commercial Bank". O banco faliu muito antes da revolução russa de 1917, naufragando com os depósitos brasileiros.

Em 1914, o Brasil teve novamente que renegociar a sua dívida externa, com um outro **funding loan**, dando como garantia a renda da Alfândega do Rio de Janeiro. Com exceção de Arthur Bernardes, os governos posteriores mantiveram mais ou menos a mesma linha, geralmente contraindo empréstimos externos para sustentar os preços do café no mercado internacional, pois desde que o Brasil passou a ter superprodução, a partir do início do Século XX, nunca mais as cotações do produto deixaram de cair.

Porém, nenhum governo foi tão trágico quanto o do paulista Washington Luiz, destronado pela Revolução de 30. Washington Luiz aumentou a dívida externa barbaramente, contratando mais de um terço de todos os empréstimos que haviam sido tomados no período republicano. E aplicou 20% disto na valorização dos preços externos do café.

Como o Brasil queria se libertar desta dependência cafeeira, fez a revolução, liderada por Getúlio Vargas. E como toda boa "revolução", pediu várias moratórias aos credores. Foi a II Guerra Mundial que ti-



Washington Luiz: campeão da dívida

rou o Brasil, de certa forma, do "buraco".

Sem poder importar dos países ricos, todos comprometidos em esforço de guerra, o Brasil só fez exportar na época, acumulando bons saldos no exterior. O País orgulha-se de nunca ter dado calote em ninguém, ao contrário das nações desenvolvidas. Os Estados Unidos, por exemplo, se recusaram a pagar o que deviam à Inglaterra, depois da sua independência. A União Soviética tem ainda dívidas pendentes desde a época da sua revolução. A China deu calote generalizado quando Mao Tsé-Tung assumiu o poder em 1949.

O Brasil, se não deu calote, levou um bem grande dos ingleses. Escorada pelos aliados americanos, e sob o pretexto do esforço de guerra contra a Alemanha e o Japão, a Inglaterra se recusou a pagar o saldo que o Brasil acumulou de 1939 a 1945 no País.

Depois da guerra, o Brasil mudou também de banqueiro, deixando os ingleses e franceses de lado para obter recursos nos órgãos oficiais de crédito americanos. Em 1956, de uma dívida total de US\$ 2 bilhões (dos quais US\$ 650 milhões de dólares foram efetivamente pagos), os americanos entravam com US\$ 1,2 bilhão.

No Governo de Juscelino Kubitschek, não deu para fazer a dívida crescer com os americanos, por causa do boicote do Fundo Monetário Internacional, que na ocasião criticava muito a falta de um combate efetivo à inflação no Brasil.

Enquanto as portas do FMI estiveram fechadas, JK teve de se socorrer junto a banqueiros alemães, franceses e ingleses, que não entraram com muito, mas permitiram ao País, pelo menos instalar as suas indústrias de automóveis e de construção naval. No final de seu Governo, por interferência do Presidente americano Dwight Eisenhower, o FMI fez as pazes com o Brasil.

Jânio Quadros e João Goulart herdaram situações financeiras explosivas. Goulart teve que passar uma boa parte do seu tempo negociando a dívida com os americanos e com o Clube de Paris. Os negociadores foram Walther Moreira Salles e Roberto Campos. A dívida externa em 1963 atingia US\$ 3,118 bilhões, e o Governo de Jango decidiu reescalona-la de qualquer maneira, de forma negociada ou não. A receita total de exportação do Brasil, na época, não passava de US\$ 1,3 bilhão, anualmente. E o café entrava ainda com cerca de 40%. O Presidente estimava que o Brasil pudesse pagar pela dívida o correspondente a 15% do total, a cada ano.